



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 558174 - SP (2020/0013532-3)

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**IMPETRANTE** : JOAO ANDRE CLEMENTE SAILER  
**ADVOGADO** : JOÃO ANDRÉ CLEMENTE SAILER - SP205760  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : LUCAS CARVALHO TOPASSI (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar impetrado em favor de LUCAS CARVALHO TOPASSI contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no julgamento do 2275041-91.2019.8.26.0000.

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante em 26/11/2019 pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 33, *caput*, e 35 da Lei n. 11.343/2006 (tráfico de entorpecentes e associação para o narcotráfico). Referida custódia foi convertida em preventiva.

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte Estadual, que denegou a ordem em acórdão assim ementado:

*Habeas Corpus. Revogação da custódia preventiva. Inadmissibilidade - Indícios de autoria e materialidade a autorizara manutenção da prisão - Presença dos requisitos contidos no artigo 312, do Código de Processo Penal - A significativa quantidade e diversidade de entorpecente e as circunstâncias da prisão são conjunturas que demonstram a necessidade da manutenção da medida excepcional para preservação da ordem pública, visto que sugerem que o paciente está praticando a venda espúria. A soltura do acusado pode redundar no retorno dele à odiosa prática da traficância, ressaltando que o mesmo apresenta passagem anterior quando menor pela prática de conduta criminosa idêntica. O tráfico ilícito de entorpecente é crime gravíssimo, de elevada nocividade social, que causa grandes malefícios à saúde pública, além de desestabilizar famílias inteiras, revelando, em princípio, uma situação de particular gravidade, incompatível com a liberdade provisória - Ordem denegada. (fls. 44)*

No presente *writ*, o impetrante sustenta que não foi apresentada fundamentação idônea para a manutenção da prisão preventiva do paciente, a qual estaria baseada na gravidade abstrata do delito.

Defende a ausência dos requisitos autorizadores da segregação cautelar, previstos no art. 312 do CPP.

Ressalta as condições pessoais favoráveis do acusado e a possibilidade de aplicação das medidas cautelares alternativas à hipótese dos autos.

Requer, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva do paciente,

ainda que mediante a aplicação das medidas cautelares alternativas ao cárcere.

Liminar indeferida às fls. 34.

Informações prestadas às fls. 38/39.

O Ministério Público Federal opinou pela concessão da ordem (fls. 57/60).

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida, segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal – STF e do próprio Superior Tribunal de Justiça – STJ. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável a análise do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal que justifique a concessão da ordem de ofício.

Busca-se, no presente *writ*, a revogação da prisão preventiva do paciente.

Por oportuno, segue a transcrição da decisão do Juízo de primeiro grau que, ao homologar a prisão em flagrante, decidiu por convertê-la em preventiva:

*O autuado LUCAS CARVALHO TOPASSI está preso e recolhido na Cadeia Pública de Santa Fé do Sul, porque teria, em tese, praticado o delito previsto no art. 33, caput, da Lei nº 11.343/2006. Segundo apurado nos autos de prisão em flagrante, a Polícia Militar avistou o conduzido com outros dois indivíduos adentrando em um imóvel desocupado existente na rua Nova, esquina com a rua 24, próximo à Rádio antena 102. Determinaram que os três saíssem do local, sendo que foram identificados com o conduzido, os adolescentes G.H.S.S e J.V.B. No imóvel foi localizada uma mochila preta contendo meio tijolo de maconha, dez porções embaladas em saquinhos transparentes, cinco porções soltas, sacos para embalagem, balança de precisão, uma faca de cozinha, R\$ 68,00 em dinheiro. O conduzido assumiu a propriedade da droga, dizendo que teria adquirido de "Veinho", na Praça do Jacaré. Foi apreendido o celular do conduzido e, na mochila onde estava a droga foi encontrada, estava a chave da residência de Lucas, o que confirma seu envolvimento com a prática delituosa. Assim, há nos autos prova indiciária suficiente acerca da existência do crime de tráfico e da autoria delitiva. Outrossim, não consta dos autos qualquer comprovante de que o autuado exerça atividade remunerada lícita, em que pese ter declarado ser estudante. Ademais, trata-se da prática de crime gravíssimo, equiparado a hediondo, em decorrência dos seus efeitos nocivos para a sociedade como um todo, afetando a saúde pública e a segurança da sociedade. Destaco que a quantidade de droga apreendida é relevante (675 gramas), bem como as circunstâncias indicam o envolvimento de dois adolescentes, o que em tese configura causa de aumento de pena prevista no art. 40 da Lei nº 11.343/06. Destaca-se ainda a apreensão de petrechos característicos da separação de drogas em porções, o que conduza suspeita de que o local onde estava o conduzido era utilizado para separação e distribuição de drogas ilícitas. Por tais motivos, entendo que o crime tem gravidade em concreto, considerando ainda*

*a proximidade da comarca da divisa interestadual, a fim de garantir a ordem pública e a conveniência da instrução processual, especificamente, no que diz respeito à salvaguarda dos dados constantes no aparelho celular apreendido e a possibilidade de influência sobre os adolescentes que foram apreendidos juntamente com o conduzido. Ante o exposto, homologo a prisão em flagrante, por estarem atendidos os fundamentos legais, ao tempo em que, com fundamento nos arts. 310, II, 311 e 312, todos do Código de Processo Penal, decreto a prisão preventiva de LUCAS CARVALHO TOPASSI, 56977115, para garantia da ordem pública e conveniência da instrução processual, expedindo-se o competente mandado de prisão em seu desfavor. Convém consignar, por relevante, que não se mostram suficientes no caso concreto a imposição de qualquer das medidas cautelares diversas da prisão. (fls. 40/41)*

O Tribunal de origem, ao julgar o writ originário, manteve a custódia antecipada do paciente nos seguintes termos:

*O pedido de revogação da custódia preventiva não prospera.*

*Colhe-se dos autos que o paciente foi detido em flagrante delito pela suposta prática do delito de tráfico de drogas, pois trazia consigo uma mochila contendo expressiva quantidade de drogas, consistentes em meio tijolo de maconha, 10 (dez) porções embaladas em saquinhos transparentes e 05 (cinco) porções soltas, além de balança de precisão, faca de cozinha, sacos para embalagem e a quantia de R\$ 68,00.*

*Assim sendo, há indícios de autoria e materialidade a autorizar a manutenção da custódia. Pesa sobre o paciente a imputação de tráfico de drogas, delito que causa intranquilidade à sociedade, temerária a soltura do mesmo neste momento.*

*Além do mais, o paciente está preso por força de decisão bem fundamentada, não sendo necessária que a mesma seja extensa ou possua minudência típica de sentença condenatória, mas basta que aponte os indícios de autoria e materialidade, bem como demonstre a imprescindibilidade da segregação do agente, pressupostos estes que foram bem observados na r. decisão.*

*E, também ao contrário do que alega a defesa, a M.M. Magistrada justificou adequadamente o decreto de prisão preventiva com elementos do caso concreto, vez que o paciente foi detido em posse de considerável quantidade de narcóticos, sendo parte de especial nocividade, deixando de comprovar endereço fixo ou ocupação lícita, o que evidencia que o autuado se dedica efetivamente à prática da grave conduta noticiada, circunstância que recomenda seja determinada sua segregação cautelar.*

*Ademais, a questão levantada pela defesa acerca da possibilidade de fixação de regime inicial mais brando*

*ou eventuais benefícios que poderão ser concedidos, é matéria que foge desta seara de cognição sumária do “writ”, visto que somente poderá ser enfrentada após a colheita da prova, onde todos os postulados constitucionais do paciente serão observados. E, portanto, somente poderá ser analisada após a realização da instrução processual.*

*É certo que adentrar profundamente na análise da prova neste momento seria em detrimento do próprio paciente. Porém, diante das circunstâncias em que ocorreu o crime, não há como conceder liberdade ao mesmo.*

*Também, como bem ressaltado pelo douto Procurador de Justiça em seu parecer, é inegável que o sujeito que se propõe a comercializar entorpecentes pratica conduta capaz de gerar perturbação à ordem pública.*

*O traficante é responsável pela disseminação do vício e da dependência em drogas, de recuperação quase impossível, causa de desajustes familiares, degeneração da sociedade e do ser humano, capaz de provocar o recrudescimento da violência e da intranquilidade social, motivos mais do que suficientes para manter a prisão cautelar para garantir a ordem pública, de forma que se afigura temerária a concessão da liberdade neste momento.*

*Assim, a par de estarem presentes os pressupostos autorizadores da custódia preventiva, posto haver indícios de materialidade e autoria, a constrição se justifica para garantia da ordem pública e da futura e necessária aplicação da lei penal.*

*Consigne-se, ainda, que o conceito de ordem pública abrange não só a tentativa de se evitar a reiteração delituosa, mas, também, o acautelamento social decorrente do estado de intranquilidade efetivamente causado com a prática do delito, do que decorre a importância de se garantir a credibilidade da justiça após a ocorrência de grave desrespeito.*

*Aliás, a concessão de liberdade provisória ao paciente contribui para fomentar o descrédito da Justiça perante a população, que está compreensivelmente alarmada com a banalização da prática de crimes.*

*A decisão, portanto, demonstrou a presença dos requisitos do artigo 282, inciso II e artigo 312, “caput”, ambos, do Código de Processo Penal, os quais autorizam a decretação da custódia cautelar.*

*De outra parte, o tráfico ilícito de entorpecente é crime gravíssimo, de elevada nocividade social, que causa grandes malefícios à saúde pública, além de desestabilizar famílias inteiras, revelando, em princípio, uma situação de particular gravidade, incompatível com a liberdade provisória.*

*Trata-se de delito grave que tem esgarçado demasiadamente o tecido social, uma verdadeira metástase que está corroendo a nossa juventude, ou seja, a natureza e a gravidade do delito atribuído ao paciente, bem como as próprias circunstâncias que envolvem o crime, recomendam a custódia cautelar. Ademais, não se*

*configura constrangimento ilegal a custódia cautelar do paciente, também justificável pela gravidade do delito.*

*[...]*

*Assim, a manutenção da custódia encontra-se plenamente justificada na garantia da ordem pública, eis que tem por escopo prevenir a reprodução de fatos criminosos e resguardar o meio social, retirando do convívio da comunidade aquele que diante do modus operandi de sua conduta demonstra ser dotado de periculosidade.*

*Ademais, a garantia da ordem pública tem a finalidade de assegurar a credibilidade das instituições, notadamente do Poder Judiciário, conferindo visibilidade e transparência das políticas públicas de persecução criminal.*

*Vale lembrar que as medidas cautelares alternativas à prisão são totalmente inviáveis ao caso em exame, ao menos por ora, vez que se mostram não só insuficientes, mas também inadequadas para a garantia da ordem pública, dada a gravidade do delito - crime equiparado a hediondo, que tem pena máxima em abstrato superior a quatro anos - e as circunstâncias do fato que são imputados ao paciente.*

***Deste modo, tendo em vista que os motivos que ensejaram o decreto da prisão preventiva são idôneos e persistem até o presente momento, não há qualquer motivo para determinar sua cassação. O comportamento do paciente, aliado aos outros elementos constantes nos autos acima esposados, descortina um quadro denotador da necessidade da custódia, no qual os argumentos invocados na inicial são insuficientes para ensejar a revogação da medida excepcional.***

*Nota-se, ainda, que o paciente sequer comprovou, de maneira satisfatória, ocupação lícita ou residência fixa, o que evidencia o perigo à ordem pública, sobretudo quando considerada a natureza do crime pelo qual se viu detido.*

*Em suma, as alegações apresentadas não afastamos requisitos da prisão preventiva, anotando-se que a custódia do paciente se faz necessária visando garantir a ordem pública de novas investidas delituosas e à aplicação da lei penal.*

*No mais, ressalta-se que não existe incompatibilidade entre o princípio da presunção da inocência e a prisão preventiva, sendo que ambos estão disciplinados na Constituição Federal.*

*Para que a presunção de inocência esteja resguardada, na hipótese de antecipação da prisão, anterior à existência de condenação definitiva, é necessário apenas que esta última seja necessária. (fls. 45/50).*

O Superior Tribunal de Justiça – STJ firmou posicionamento segundo o qual, considerando a natureza excepcional da prisão preventiva, somente se verifica a possibilidade da sua imposição e manutenção quando evidenciado, de forma fundamentada em dados concretos, o preenchimento dos pressupostos e requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal – CPP.

Convém, ainda, ressaltar que, considerando os princípios da presunção da inocência e a excepcionalidade da prisão antecipada, a custódia cautelar somente deve persistir em casos em que não for possível a aplicação de medida cautelar diversa, de que cuida o art. 319 do CPP.

No caso dos autos, verifico que a prisão preventiva foi adequadamente motivada, tendo sido demonstrada pelas instâncias ordinárias, com base em elementos extraídos dos autos, a gravidade concreta da conduta e a periculosidade do paciente, evidenciadas a partir da quantidade das drogas localizadas – 10 porções de maconha pesando 675 gramas. Tais circunstâncias, somadas à apreensão de apetrechos comumente utilizados no preparo dos entorpecentes, bem como ao fato de o delito ter sido cometido na companhia de dois menores, demonstram maior envolvimento com o narcotráfico e o risco ao meio social.

Nesse contexto, forçoso concluir que a prisão processual está devidamente fundamentada na garantia da ordem pública, não havendo falar, portanto, em existência de evidente flagrante ilegalidade capaz de justificar a sua revogação.

A propósito, vejamos os seguintes precedentes:

*HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PRISÃO PREVENTIVA. NEGATIVA DE AUTORIA. INVIABILIDADE. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. FUNDAMENTAÇÃO. INDICAÇÃO DE ELEMENTOS CONCRETOS. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. AUSÊNCIA DE MANIFESTA ILEGALIDADE. PARECER ACOLHIDO.*

*1. A prisão preventiva constitui medida excepcional ao princípio da não culpabilidade, cabível, mediante decisão devidamente fundamentada e com base em dados concretos, quando evidenciada a existência de circunstâncias que demonstrem a necessidade da medida extrema, nos termos do art. 312 e seguintes do Código de Processo Penal.*

*2. A afirmação de negativa de autoria, além de demandar profundo reexame dos fatos e das provas que permeiam o processo principal, não demonstra o constrangimento ilegal.*

***3. No caso, a manutenção da constrição cautelar está baseada em elementos vinculados à realidade, pois as instâncias ordinárias fazem referência às circunstâncias fáticas justificadoras, destacando, principalmente, a grande quantidade de droga encontrada em poder do paciente (714,88 g de maconha). Isso confere lastro de legitimidade à manutenção da medida extrema.***

*4. Eventuais condições pessoais favoráveis não têm o condão de, por si só, garantir a revogação da prisão preventiva.*

*5. Ordem denegada. (HC 555.372/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 10/03/2020, DJe 16/03/2020)*

*RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. DIREITO PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. GRANDE QUANTIDADE DE DROGA APREENDIDA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS. INSUFICIÊNCIA,*

NO CASO. RECURSO DESPROVIDO.

**1. A decretação da custódia cautelar encontra-se suficientemente fundamentada diante das circunstâncias do caso, pois as instâncias ordinárias ressaltaram a grande quantidade de droga apreendida - "895g (oitocentos e cinquenta gramas) de maconha" - , o que justifica a segregação cautelar como garantia da ordem pública, diante da gravidade em concreto da conduta delituosa.**

**2. Demonstrada pelas instâncias ordinárias, com expressa menção à situação concreta, a presença dos pressupostos da prisão preventiva, não se mostra suficiente a aplicação de quaisquer das medidas cautelares alternativas à prisão, elencadas na nova redação do art.**

**319 do Código de Processo Penal, dada pela Lei n.º 12.403/2011.**

**3. Recurso desprovido (RHC 119.362/MT, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 03/03/2020, DJe 13/03/2020).**

Ressalto que a presença de condições pessoais favoráveis, como primariedade, bons antecedentes e residência fixa, não impede a decretação da prisão preventiva.

Confira-se:

**PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. QUANTIDADE E DIVERSIDADE DOS ENTORPECENTES APREENDIDOS. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. SEGREGAÇÃO JUSTIFICADA E NECESSÁRIA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. RECURSO NÃO PROVIDO.**

**1. A prisão cautelar é medida excepcional, uma vez que, por meio dela, se priva o réu de sua liberdade antes do pronunciamento condenatório definitivo, consubstanciado na sentença transitada em julgado. A segregação provisória do paciente restou fundamentada ao menos para garantir a ordem pública, por conveniência da instrução criminal e aplicação da lei penal.**

**2. Foram apreendidos com o recorrente 200g de maconha, 82g de crack e 700g de solvente organoclorado, quantidade e diversidade que, aliadas às circunstâncias em que se deu o flagrante, justificam o encarceramento cautelar para garantia da ordem pública.**

**3. Circunstâncias pessoais favoráveis, por si sós, não impedem a decretação da prisão cautelar. (Precedentes.) 4. Recurso ordinário em habeas corpus não provido (RHC 67.524/RJ, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 30/3/2016).**

Ademais, o entendimento deste Superior Tribunal de Justiça é no sentido de ser inaplicável medida cautelar alternativa quando as circunstâncias evidenciam que as providências menos gravosas seriam insuficientes para manutenção da ordem pública.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes precedentes:

**PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS**

SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. INADEQUAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO AO TRÁFICO. PRISÃO PREVENTIVA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PERICULOSIDADE DO AGENTE MODUS OPERANDI DO DELITO. GRANDE QUANTIDADE DE DROGAS. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. INSUFICIÊNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. WRIT NÃO CONHECIDO.

1. [...]

4. Consoante pacífico entendimento deste Superior Tribunal, a quantidade e a natureza, bem como a diversidade dos entorpecentes apreendidos são fundamentos aptos a justificar o decreto de prisão preventiva.

5. As condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, ocupação lícita e residência fixa, entre outras, não têm o condão de, por si só, garantirem ao recorrente a revogação da prisão preventiva, se há, nos autos, elementos hábeis a recomendar a manutenção de sua custódia cautelar, como é o caso desta hipótese.

6. É "indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão quando esta encontra-se justificada na gravidade concreta do delito e na periculosidade social do réu, indicando que as providências menos gravosas seriam insuficientes para acautelar a ordem pública" (HC 315.151/RS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 28/4/2015, DJe de 25/5/2015).

7. Habeas corpus não conhecido (HC 293.355/GO, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 16/5/2017, DJe 19/5/2017).

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. ILEGALIDADE. CONVERSÃO DA PRISÃO EM FLAGRANTE EM PREVENTIVA. AUSÊNCIA DE PRÉVIA OITIVA DO INDICIADO. NULIDADE DA PROVA. LEITURA DE CONVERSAS EM APLICATIVO NO CELULAR DO PACIENTE. EXCESSO DE PRAZO PARA O ENCERRAMENTO DO FEITO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ART. 312 DO CPP. PERICULUM LIBERTATIS. FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE. SUBSTITUIÇÃO POR MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS. IMPOSSIBILIDADE. ORDEM DENEGADA.

1. As questões atinentes à ilegalidade da conversão da prisão em flagrante em custódia preventiva, diante da ausência de prévia oitiva do acusado, à nulidade das provas obtidas pela leitura de conversas em aplicativo instalado no celular do paciente e ao excesso de prazo para o encerramento do feito não foram examinadas no acórdão recorrido, de modo que sua apreciação diretamente por esta Corte Superior implicaria indevida supressão de instância.

2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme em assinalar que a determinação de segregar



*cautelaramente o réu deve efetivar-se apenas se indicada, em dados concretos dos autos, a necessidade da cautela (periculum libertatis), à luz do disposto no art. 312 do CPP.*

*3. O Juízo singular apontou a presença dos vetores contidos no art. 312 do Código de Processo Penal, em especial a garantia da ordem pública, evidenciada pela gravidade concreta da conduta delitiva, ao ressaltar a grande quantidade de entorpecentes apreendidos - cerca de 3 kg de maconha -, a denotar o envolvimento do réu com a prática habitual de delitos de tal natureza.*

*4. Por idênticas razões, as medidas cautelares diversas da prisão não constituem instrumentos eficazes para obstar a reiteração da conduta delitiva.*

*5. Ordem denegada (HC 383.625/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 18/5/2017, DJe 25/5/2017).*

Nesse contexto, não verifico a presença de constrangimento ilegal capaz de justificar a revogação da custódia cautelar do paciente.

Ante o exposto, não conheço do *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimações necessárias.

Brasília, 17 de março de 2020.

Ministro Joel Ilan Paciornik  
Relator